

“PEC do fim do mundo” na USP exige mobilização nas estaduais paulistas

F6 organiza ato unificado em 7/3, quando CO da USP vai analisar proposta do reitor Zago que prevê exoneração de servidores vinculada a teto para folha salarial

O reitor Marco Antonio Zago apresenta mais uma iniciativa em seu projeto de destruição da USP como instituição pública de interesse social e sua transformação progressiva em uma organização moldada pelo perfil e interesses do mercado.

Depois de implementar dois planos de demissão voluntária (PIDV), que levaram à exclusão de cerca de três mil servidores técnico-administrativos, de fechar creches, de arrochar salários, de investir contra a organização sindical (como a tentativa de expulsar o Sintusp de sua sede), de propor a desvinculação de hospitais universitários, entre outras, o reitor da USP surge agora com um projeto bombástico. Trata-se do documento “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP”, que em muito se assemelha à PEC 241 – que depois se transformou em PEC 55 no Senado, também conhecida como “PEC do fim do mundo”, pois congela por 20 anos os recursos para a saúde e a educação públicas.

O projeto de Zago propõe a limitação dos investimentos nas próximas gestões, obrigando-as a seguir a mesma política de arrocho salarial da atual gestão. Os gastos com pessoal deverão se limitar a “85% das receitas relativas às liberações mensais de recursos do Tesouro do Estado de SP”. Sempre que esse limite for ultrapassado, a reitoria estará autorizada a exonerar, inclusive, servidores concursados, sejam docentes ou técnico-administrativos, além congelar salários e benefícios.

A Adusp chama a atenção para um detalhe muito grave: “Para atingir as metas que propõe, a reitoria quer que o CO vote pela aplicabilidade do artigo 169 da Constituição Federal, que nos seus incisos 4º a 7º prevê a exoneração de pessoal estável e concursado, e a extinção do respectivo cargo, o que compromete a possibilidade de expansão futura, mesmo que o financiamento aumente, pois os cargos não

mais existirão para serem preenchidos.”

Embora com tamanho impacto sobre o presente e o futuro da USP, o documento foi divulgado poucos dias antes da reunião do Conselho Universitário (CO) que deve votá-lo, em 7/3, sem nenhuma discussão nas unidades.

A crise é de financiamento

Como o Fórum das Seis vem assinalando sistematicamente, a crise das universidades estaduais paulistas é de financiamento. Elas cresceram muito nos últimos anos e não tiveram os recursos aumentados na mesma proporção. Entre 1995 e 2015, por exemplo, o aumento do número de matrículas na graduação foi de 75,6% na USP, de 97,1% na Unesp e de 90,2% na Unicamp. Já a alíquota de repasse do Estado para as três estaduais permaneceu idêntico, em 9,57% da Quota-Parte Estadual (QPE-ICMS). Ressalte-se que nem este mínimo tem sido respeitado pelo governo, que extrai indevidamente elevadas quantias da base de cálculo do ICMS.

Enquanto a arrecadação do ICMS era crescente, no embalo do crescimento da economia, essa equação não pareceu problemática às reitorias da USP, Unesp e Unicamp. Agora, quando a arrecadação diminui, surgem as propostas de “ajustes” – assim como vem ocorrendo em vários estados – que tentam descarregar o ônus da crise sobre os servidores.

Balão de ensaio

Este novo e draconiano ataque da reitoria da USP foi tema da reunião extraordinária que o Fórum das Seis realizou no dia 24/2. Após o debate das medidas propostas por Zago, não restou dúvidas entre os representantes das entidades sobre a gravidade da situação e de que esta não se restringe à USP.

Ousado em sua sanha de desmon-

tar a USP enquanto universidade pública de excelência, Zago tem sido ponta de lança nas “novidades” que agradam o governo e os empresários da educação. Se não lutarmos contra elas, nada impedirá que em breve sejam transportadas para Unicamp e Unesp. Esta última, aliás, rompeu com a isonomia em 2016, ao não conceder aos seus servidores nem mesmo o ínfimo reajuste de 3% negociado no âmbito do Cruesp.

Se aprovada, a proposta da reitoria da USP significará, também, o esvaziamento do Cruesp enquanto instância de decisão entre as gestões das três universidades. Alicerçada nas medidas aprovadas, a USP será figura decorativa nas mesas de negociação.

7/3: Paralisação na USP e ato unificado do Fórum

Sintusp e Adusp realizarão assembleias em 6/3, segunda-feira, para votar um indicativo de paralisação do trabalho no dia 7. Servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes estão sendo chamados para um ato público concomitante à sessão do CO da USP.

Devido à gravidade da situação, o Fórum das Seis encampou o ato no dia 7 e, considerando o curto tempo de preparo, orienta as entidades representativas da Unesp, Unicamp e Centro Paula Souza a comparecerem com o maior número possível de representantes para fortalecer a atividade. O ato está marcado para as 12h, com concentração a partir das 10h, em frente ao CO da USP.

Para saber mais

- Assista vídeo produzido pelo Sintusp, que explica as medidas: <https://youtu.be/3Qn1Jmnmvjgk>

- Confira a íntegra do documento de Zago e mais matérias sobre o assunto no site da Adusp (www.adusp.org.br)



Data-base 2017: 6/3 tem reunião do Fórum. Atenção ao calendário completo

A reunião do Fórum das Seis agendada para 6/3, segunda-feira, será realizada na sede da Adusp. Além da pauta inicialmente prevista – primeiros passos da data-base – a reunião também discutirá desdobramentos da situação na USP.

A coordenação do F6 solicita às diretorias das entidades que tragam para esta reunião, além de suas propostas para a composição do indicativo de Pauta Unificada 2017, sugestões de atividades de mobilização relacionadas à USP.

Confira o calendário do F6 no

próximo período:

- **Até 3/3/2017:** Discussão de propostas nas diretorias das entidades (para a Pauta 2017 e mobilização na USP).

- **6/3/2017:** Reunião do Fórum das Seis para organizar um indicativo de Pauta (*Às 12h, na sede da Adusp, em SP*).

- **Até 17/3/2017:** Primeira rodada de assembleias de base, para avaliar o indicativo de Pauta 2017 e apresentar sugestões às reivindicações.

- **15/3/2017:** Participação no Dia Na-

cional de Luta contra a Reforma da Previdência

(*Veja detalhes em matéria abaixo*).

- **20/3/2017:** Reunião do Fórum das Seis para tabular e organizar as propostas da base para a Pauta 2017.

- **De 21 a 31/3/2017:** Segunda rodada de assembleias de base.

- **3/4/2017:** Reunião do Fórum das Seis para fechar a Pauta 2017.

- **Primeira semana de abril:** Protocolo da Pauta Unificada 2017.

15/3 é Dia Nacional de Luta contra a PEC 287, a reforma que destrói a Previdência pública

De forma unificada, as centrais sindicais estão convocando para 15/3 o “Dia nacional de lutas, com greves e paralisações contra a Reforma da Previdência”.

O objetivo é realizar atividades públicas em todo o país, para pressionar o Congresso Nacional contra a aprovação da PEC 287/2016, que propõe uma avassaladora reforma na Previdência Social, com a revogação de direitos históricos da classe trabalhadora, com forte impacto sobre a população jovem (que deverá trabalhar 49 anos para conseguir se aposentar com benefício integral), as mulheres, os idosos, os trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Para as centrais sindicais, a mobilização no dia 15/3 poderá ser um importante passo na construção da greve geral para combater as reformas do governo Temer.

O Fórum das Seis orienta as entidades a organizarem a participação de suas bases da forma mais ativa possível no dia 15/3, em atividades locais e regionais com outras categorias.

Link interessante

A Contraf (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro) produziu um vídeo didático e esclarecedor sobre o tema. Confira em <http://www.contrafcut.org.br/videos/reforma-da-previdencia-6731>

NOSSO FUTURO ESTÁ EM JOGO!
10 razões para lutar contra a Reforma da Previdência - PEC 287/2016

- 1 A idade mínima de aposentadoria passará para 65 anos, para homens e mulheres.
- 2 O prazo mínimo de contribuição será elevado de 15 para 25 anos.
- 3 O tempo de contribuição para aposentadoria integral, que corresponde a 100% do benefício de direito de cada trabalhador, será de 49 anos.
- 4 Com a nova regra, o tempo para ter direito à aposentadoria integral aumentará em quase 20 anos.
- 5 Para se aposentar integralmente na idade mínima de 65 anos, o trabalhador terá que ter começado a trabalhar, formalmente, aos 16 anos.
- 6 Já aqueles que ficaram longos períodos sem trabalho formal só poderão receber a aposentadoria integral se trabalharem até os 80 anos de idade ou mais.
- 7 Cada vez que os dados do IBGE mostrarem aumento de um ano na expectativa de sobrevivência do brasileiro a partir dos 65 anos, a idade mínima de aposentadoria subirá um ano.
- 8 A regra também valerá para o trabalhador rural, que normalmente tem jornadas mais extenuantes e pesadas que o trabalhador urbano.
- 9 A nova regra, ao igualar o tempo de aposentadoria para homens e mulheres, desconsidera a realidade das trabalhadoras brasileiras, que geralmente assumem as tarefas de casa ainda na adolescência e acumulam duplas ou triplas jornadas de trabalho.
- 10 Nas pensões por morte, o valor pago à viúva ou ao viúvo passará a ser de 50% do valor do benefício recebido pelo contribuinte que morreu, com um adicional de 10% para cada dependente do casal.

FORUM dos Seis
(do Conselho Sindical USP)

**PARTICIPE DAS LUTAS!
NÃO PODEMOS ACEITAR RETROCESSOS!**

Cartaz do F6 traz síntese dos principais ataques contidos na PEC 287/2016

Sede do Sintusp: Reunião no MPT permite acordo

A resistência dos trabalhadores da USP – organizados no Sintusp e com o apoio de entidades sindicais e do movimento popular de todo o país – frustrou a ofensiva da reitoria, que queria expulsar o Sindicato da sede que ocupa há décadas.

Após a realização de dois grandes atos públicos – em 15/12/2016 e 19/1/2017 – e a presença do Ministério Público do Trabalho (MPT) nas negociações, a reitoria finalmente concordou em apresentar uma alternativa de sede ao Sintusp. Inicialmente, o local oferecido foi considerado pequeno e precário em comparação com a sede atual, que tem 490 m². O espaço sugerido era de apenas 245 m². Em nova reunião no MPT, representantes da reitoria concordaram em ampliar o espaço em 80 m² e promover algumas reformas e adaptações necessárias.

Já autorizada por assembleia geral, a diretoria do Sintusp aceitou a proposta. A nova sede estará pronta até 3/4 e a mudança será feita até 10/4.